

Comentário crítico a Bulcão, Marcos. (2008) **O Realismo Naturalista de Quine**, Campinas: CLE.

Alexandre N. Machado

UFPR

alnor.machado@gmail.com

O livro de Bulcão é muito bem escrito, bem argumentado e claro. Até onde sei, é um dos melhores textos em português sobre Quine já publicados. Ele é importante não apenas para a exegese da obra de Quine, mas para diversas discussões correntes na filosofia contemporânea, em filosofia da linguagem, filosofia da lógica, filosofia da ciência, epistemologia e metafísica. Como o Prof. Porchat diz na introdução, o livro tem a falsa aparência de um texto puramente exegético, pois, em boa parte do texto, Bulcão procura não apenas expor, mas também defender as idéias de Quine. E é justamente por essas duas razões que, nesta pequena nota, não farei um resumo dessa obra, mas discutirei brevemente uma tese de Quine exposta e defendida por Bulcão.

A tese em questão se expressa na passagem em que Bulcão explica o que Quine entende por “tradução radical”. Bulcão diz: “Com efeito, Quine pede-nos meramente para imaginar uma situação em que um linguista se vê em face de uma comunidade recém-descoberta, *cujá linguagem não guarda nenhuma similaridade significativa com a sua própria*” (p. 49, grifo meu). A parte grifada é o que desejo discutir. E farei isso em conexão com a explicação de Quine de como o tradutor radical aprende as palavras dos nativos que são traduzíveis por ‘sim’ e ‘não’. Argumentarei que não é verdade que não há similaridade significativa entre a linguagem do tradutor radical e a linguagem dos nativos. Não é verdade porque não pode ser verdade. E esse mínimo comum entre as duas linguagens está relacionado com o papel ou função que ‘sim’ e ‘não’ tem em ambas.

A tradução radical ocorre numa situação hipotética em que o tradutor não conhece a linguagem a ser traduzida e não possui um intérprete. Essa pode ser a linguagem de nativos de uma tribo desconhecida. Como dados para a tradução, o tradutor dispõe apenas do comportamento verbal e não-verbal dos nativos em vários contextos e os estímulos ambientais que eles recebem. O tradutor, então, deverá fazer conjecturas sobre qual é tradução correta das expressões da linguagem

desconhecida para a sua própria e, ao longo do processo de tradução, vai testando suas conjecturas, revisando-as quando os dados empíricos são contrários a elas. Para testar essas conjecturas, o tradutor deve saber em que circunstâncias os nativos dariam assentimento a um proferimento da frase e em que circunstâncias dariam dissentimento. Mas, para isso, deve saber o que são o comportamento de assentimento e o comportamento de dissentimento.

Bulcão, então, diz que sobre isso o tradutor também terá de conjecturar (“adivinhar”). Depois de observar um nativo pronunciando ‘gavagai’ ao ver um coelho, o linguista formula sua hipótese correlacionando ‘gavagai’ e ‘coelho’ e profere tentativamente ‘gavagai’ em diversas outras circunstâncias em que vê um coelho. Observa, então, o nativo proferir consistentemente ‘Evek’ em tais circunstâncias. Paralelamente, o linguista profere ‘gavagai’ quando observa animais em geral, animais brancos, seres ou objetos brancos, ao que o nativo consistentemente responde ‘Yok’. De posse desses dados, o linguista conjectura então que ‘Evek’ pode bem corresponder ao nosso ‘sim’, enquanto ‘Yok’ corresponderia ao nosso ‘não’. Ao mesmo tempo corrobora sua correlação ‘gavagai’- ‘coelho’ (p. 51).

Mais adiante, Bulcão diz que “o reconhecimento de que sinais contar como assentimento ou dissentimento é fundamentalmente tentativo, isto é, trata-se de uma hipótese feita pelo linguista a ser testada no encadeamento sucessivo das conversações” (p. 51). Dizer que a hipótese é “testada no encadeamento sucessivo das conversações” não é dizer muito, se não dissermos o que pode confirmar essa hipótese e o que pode refutá-la. Portanto, não é dizer muito sobre como podemos descobrir quais são as expressões de assentimento e dissentimento dos nativos. Isso poderia ficar mais claro se Bulcão fornecesse exemplos que descrevessem, não apenas a conexão do uso de ‘Evek’ e ‘Yok’ com os usos de outras expressões, mas também o comportamento não-verbal que acompanha o uso dessas expressões, tais como os seguintes.

Suponhamos que um nativo, em frente à porta de uma grande construção, diga ‘Yok’ ou ‘Evek’ para cada um dos outros nativos que se aproxima da porta, em um fila. Aqueles para os quais o “porteiro” diz ‘Yok’ fazem uma cara de satisfeitos, vibram e entram na construção. Aqueles

para os quais o porteiro diz “Evek” fazem cara de desapontamento, não entram na construção e saem resmungando. Agora suponhamos que um sujeito com uma vasilha de água grande aborde os demais nativos dizendo: ‘Tomak’. Aqueles que dizem ‘Yok’ recebem um pouco de água e bebem. Aqueles que dizem “Evek” não recebem água. Algumas vezes o nativo da água insiste, ‘Tomak’, e alguns nativos que dizem ‘Evek’ empurram a vasilha para longe de si, franzindo os olhos e movendo os cantos da boca para baixo, repetindo ‘Evek, evек, evек’. Como interpretar, nesses casos, o comportamento ligado a ‘Yok’ como dissentimento e o comportamento ligado a ‘Evek’ como assentimento? Essa não é a pergunta sobre qual conjectura de tradução é correta. Trata-se de uma pergunta sobre como tornar plausível uma conjectura diferente daquela que diz que ‘Yok’ deve ser traduzido por ‘sim’ e ‘Evek’ por ‘não’.

O que torna difícil essa interpretação é o fato de que não sabemos como o comportamento ligado a ‘Yok’, por exemplo, poderia estar conectado às demais atividades dos nativos, *sendo um comportamento de dissentimento*. E não sabemos isso porque um comportamento de dissentimento é, para nós, algo cuja identidade é determinada pela sua relação com nossas demais atividades. Portanto, é o fato de não vermos nenhuma identidade funcional, digamos assim, entre o comportamento ligado a ‘Yok’ e nosso comportamento de dissentimento que nos impede de entender esse comportamento como comportamento de dissentimento. Isso mostra que o sistema de referência último por meio do qual interpretamos uma linguagem desconhecida é o comportamento mais básico comum da humanidade. Esse é o ponto de Wittgenstein na seguinte passagem das *Investigações Filosóficas*:

“Suponha que você foi, como um explorador, a um país desconhecido com uma língua bem estranha para você. Em que circunstâncias você diria que as pessoas lá deram ordens, as entenderam, as obedeceram, rebelaram-se contra elas, e assim por diante? O comportamento comum da humanidade é o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma linguagem desconhecida” (*Investigações Filosóficas*, §206).

Em um nível muito básico de análise das condições de inteligibilidade de conjecturas de tradução, encontramos esse comportamento comum da humanidade. Mas não nos deixemos levar pela expressão ‘humanidade’. Wittgenstein a usa porque a humanidade é o único exemplo de seres cujo comportamento básico comum permite a tradução de uma linguagem para a sua. Mas o ponto é perfeitamente geral: o teste de qualquer conjectura sobre a tradução de uma linguagem desconhecida deverá ser feito, em última análise, com base no reconhecimento de padrões de comportamento de assentimento e dissentimento que reconhecemos como tais sem testar conjecturas, mas porque são funcionalmente semelhantes aos nossos padrões.

Mas o que ocorreria se tal semelhança não existisse entre nossa linguagem e uma linguagem desconhecida? Isso nos impossibilitaria de traduzir a linguagem desconhecida para a nossa e, em última análise, nos deixaria sem qualquer justificativa suficiente para *saber* que se trata de uma *linguagem*. A possibilidade da tradução depende da possibilidade de se identificar ao menos o comportamento que expressa assentimento e dissentimento. Mas a identificação desse comportamento depende de que haja uma semelhança funcional entre o nosso comportamento expressivo e o comportamento expressivo dos falantes da linguagem desconhecida.

Talvez seja importante usar a distinção entre sinal e símbolo do *Tractatus* de Wittgenstein para deixar algo claro. Obviamente, o sinal de assentimento pode diferir grandemente de um povo para outro. Enfiar o dedo no nariz bem pode ser um sinal de assentimento. Mas isso somente vai constituir um símbolo de assentimento se tiver a referida identidade funcional com o nosso sinal de assentimento, se tiver um papel análogo, se o seu uso se conectar as demais atividades dos nativos de modo análogo a como o uso do nosso sinal se conecta às demais atividades.

Esse ponto pode ser visto em conexão com a aquisição de uma linguagem. A aquisição da linguagem se dá por meio da exposição da criança ao comportamento do adulto que constitui a lição sobre como usar as expressões linguísticas ensinadas. Parte dessa lição consiste em estimular ou desestimular as reações que a criança tem ao comportamento do adulto. Mas esses estímulos e desestímulos somente serão eficazes se a criança reagir a eles de forma apropriada. A criança deve

continuar o padrão estimulado e evitar o padrão desestimulado. Mas essa reação, por sua vez - e esse constitui um ponto muito importante -, não pode ser ensinada. Se a criança não reagir naturalmente dessa forma ao que nós chamamos de estímulos e desestímulos, ela não será capaz de aprender. E se pudermos ensinar essa reação, isso é porque ela reage à nossa lição de uma forma não aprendida. Além disso, ela deve reagir naturalmente a certos comportamentos que auxiliam no aprendizado, como apontar para um objeto, por exemplo. Se a criança olhar para o dedo que aponta, por exemplo, em vez de olhar para a coisa apontada, ela não será capaz de aprender por meio desse gesto. E assim por diante. Isso vale, *mutatis mutandis*, para todas ações que constituem o comportamento de ensino. Esses exemplos mostram que somente se houver um comportamento comum e reações comportamentais comuns àquele que ensina e àquele que adquire a linguagem é que pode haver aquisição da linguagem. As ações e reações comuns presentes no nível mais básico da linguagem são desenvolvimentos de comportamentos naturais pré-linguísticos.

Se esse modo de ver as coisas está correto, por que Quine e, portanto, Bulcão afirmam que a linguagem desconhecida presente no cenário da tradução radical não tem nenhuma similaridade significativa com a linguagem do tradutor? Isso ocorre porque é o que ocorre, durante as análises lógico-semânticas, com boa parte dos fatos muito gerais sobre nossa história natural que são condições para o uso da linguagem. Eles passam despercebidos “porque estão continuamente perante nossos olhos”:

O que fornecemos propriamente são anotações sobre a história natural do homem; não são curiosidades, mas sim constatações das quais ninguém jamais duvidou, e que apenas deixam de ser notadas, porque estão continuamente perante nossos olhos (Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, §415).

Esse estar perante nossos olhos desses fatos gerais é o ser suposto em todo ato linguístico, não como proposições explicitamente pensadas como verdadeiras, mas por meio do reconhecimento das suas instâncias. Não veríamos um ato como linguístico se não fizéssemos tais suposições. Para descrever o cenário da tradução radical, Quine e Bulcão não se comportam como exceções.